

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		O COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
O DIA		A CAPITAL	
O DIÁRIO		A TARDE	
A TRIBUNA			
O PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS	26. JUL. 1981		



Eleições antecipadas — uma hipótese ainda afastada

SE ESTE GOVERNO NÃO SERVE CABE À AD ARRANJAR OUTRO — entende o secretário-geral do PS

Enquanto prepara a sua já anunciada «ofensiva do Outono», o PS vai pondo a casa em ordem e insistiu em que à AD compete governar, embora naturalmente com a erosão que o Poder sempre provoca. Foi o que os socialistas já sentiram na pele... Por isso, Mário Soares, ainda ontem defendia que se este Governo não serve, cabe à maioria encontrar outro. Eleições antecipadas? Parece ser ainda cedo. Em 1982, convém lembrar, há eleições para as autarquias — um teste decerto importante.

Ao entrar para a reunião da Comissão Política do PS — destinada sobretudo a preparar os trabalhos da Comissão Nacional para ontem convocada — Mário Soares reafirmou que a partir do Outono «o PS vai desencadear, em todos os sectores, uma ofensiva no sentido de mostrar que o Governo não está ao serviço do país» e referiu «as hesitações, contradições e incapacidade» do actual Executivo.

«Entendemos que a maioria tem de governar, tem legitimidade para o fazer, mas exigimos que governe o país, que governe bem e cumpra as promessas feitas ao povo português, o que, estamos a ver, não é capaz de fazer» — afirmou o líder socialista.

Acrescentou que «se este Governo não for capaz de resolver os problemas, como parece claro que não é, ter-se-á de encontrar outro Governo que aia da maioria».

Em relação a recentes sondagens que apontavam para uma subida da FRS junto do eleitorado, observou que «a subida é sobretudo do PS».

«É o PS que sobe mais no conceito popular e as sondagens vieram confirmar aquilo que já sabíamos» — comentou o secretário-geral socialista.

Disse ainda que o consenso a que se chegou em relação à eleição da direcção do Grupo Parlamentar socialista «representou um grande progresso».

«Entrámos numa nova fase — adiantou — em que superá-

mos todos os problemas internos, e a partir de agora vamos todos dar as mãos para fortalecer o partido, em franca ascensão popular, para nos constituirmos numa verdadeira alternativa ao Governo conservador que não é capaz de governar.»

«PS concorrerá sozinho às eleições autárquicas»

Entretanto, em declarações à ANOP, o secretário-geral do PS salientou que o seu partido «nunca reclamou até agora eleições antecipadas» e repetiu que «se este Governo não servir, tem de se encontrar outro no quadro da actual maioria; só quando esta se considerar incapaz de Constituir Governo, então terá de se ir para uma solução de outro tipo».

Considera Soares que «para bem da democracia e para prestígio das instituições não se pode estar a fazer eleições todos os dias». «Já tivemos — disse — dois anos com actos eleitorais sucessivos e não queremos antecipar eleições. Pelo contrário, entendemos que as regras democráticas se devem cumprir».

Em relação à eventual coligação com o PSD para as eleições autárquicas de 1982, Mário Soares reafirmou que «o PS se apresentará sozinho».

«Poderá haver aqui ou ali, pontualmente, este ou aquele arranjo mas fundamentalmente

o PS concorrerá como PS — disse o líder socialista.

«Não às «dinâmicas messiânicas e populistas»

Na sua reunião de ontem, a Comissão Nacional do PS criticou «o exacerbar de ataques e reticências contra os partidos políticos e a apologia crescente de dinâmicas políticas messiânicas e populistas, mesmo quando veiculados por quadrantes ou individualidades que se reclamam da Esquerda» por constituírem «uma ameaça real aos fundamentos da democracia pluralista».

Esta crítica surgiu no seguimento de uma «condenação à campanha contra as instituições democráticas e parlamentares que tem vindo a ser desenvolvida a partir de vários sectores e com finalidades nem sempre coincidentes».

A Comissão Nacional socialista começou por analisar «os mais recentes desenvolvimentos da crise da AD e do Governo», tendo considerado que «tal crise não se coloca no plano institucional mas tão-só na esfera governamental e partidária, revelando a falência do actual Governo e a erosão profunda do projecto AD». Manifestando-se contra esse projecto, os socialistas dizem também «não poder reconhecer como realistas e aceitáveis quaisquer propostas publicitárias de negociação política, como as formuladas pela Direcção do PCP, que não assentam nos princípios democráticos e nos pressupostos constitucionais». Foi ainda criticada a «contradição revelada pelo PCP entre a oposição verbal ao Governo e a sua colagem indirecta aos respectivos sustentáculos políticos».

Depois de constatar «a debilidade do Executivo Balsemão no sector económico e a sua

incapacidade de resposta face à conjuntura internacional e à herança negativa deixada pelo I Governo AD», a Comissão Nacional socialista «repudiou as tentativas do primeiro-ministro de fazer recair sobre entidades alheias à AD as deficiências da política governamental».

Quanto à revisão constitucional, afirma o PS que tem assumido, juntamente com os seus aliados na FRS, «uma posição construtiva e responsável, no sentido da consumação positiva e consensual do respectivo processo, apesar da descoordenação, das ambiguidades e das hesitações reveladas pela maioria». Lembra, entretanto, que a sua função «é ser oposição ao Governo e não oposição do Governo, por muito que isso pese a um primeiro-ministro cuja fragilidade na sua própria maioria o leva a tentar desesperadamente apoios com que sabe não poder contar na área da Oposição».

Soares com os novos secretários-coordenadores

A Comissão Nacional do PS congratulou-se ainda com a «eleição consensual da nova Direcção do grupo parlamentar socialista» e aprovou por unanimidade três moções que haviam «sobrado» do último Congresso Nacional, relacionadas com a temática dos deficiências, da Juventude Socialista e das autonomias regionais da Madeira e dos Açores».

No termo da reunião, Mário Soares e a Comissão Permanente do PS reuniram-se num jantar de trabalho com todos os secretários-coordenadores das federações distritais do PS. Estes novos coordenadores foram recentemente eleitos

(CONT. NA PÁG. SEGUINTE)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		O COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
O DIA		A CAPITAL	
O DIÁRIO		A TARDE	
A TRIBUNA			
O PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS	26. JUL. 1981		

PARTIDO SOCIALISTA

(CONT.º DA PÁG. ANTERIOR)

nos congressos federativos e tomaram parte ontem pela primeira vez nos trabalhos da Comissão Nacional — órgão de que fazem parte por inerência.

«Esquerda laboral» sugere iniciativas próprias

A «Esquerda Laboral» do PS considerou ontem que o seu partido «se encontra em condições muito favoráveis para alargar a sua implantação social e lançar iniciativas próprias, de acordo com o V. Congresso Nacional».

Os militantes que se identificam no PS com a tendência «Esquerda Laboral» orgulham-se de ter sido «os primeiros a tomar posição «contra o pacto social com o Governo de Direita da AD, não precisando de esperar pela situação actual, em que este Governo revela uma face que já era fácil de prever».

Por outro lado, o comunicado ontem distribuído anuncia que a «Esquerda Laboral» tomará iniciativas nos órgãos próprios do PS «para que se inicie um esforço prioritário e imediato de formação política» e lamenta não existir «um mínimo de organização democrática da tendência sindical socialista, que faça ouvir a sua voz».

O texto refere ainda que nas comissões das federações os militantes da «Esquerda Laboral» vão propor a realização de «encontros distritais de auto-estudo, com propostas específicas».